

## ATA “O SNPA E AS ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS”

Elaborada por Adriana Helena G. dos Santos

Inicialmente, o Sr. Flávio Pinto Bolliger (Coordenador da COAGRO) apresentou o texto “O que muda com o SNPA” (divulgado no II Fórum SNPA), de forma a permitir uma ampla discussão sobre este assunto. A seguir, surgiram perguntas e comentários.

O Sr. Luis Fernando M. de Oliveira (MPOG) elaborou as seguintes perguntas: “Os principais produtos do SNPA são eleitos *a priori* ou não?”; e “Quais seriam estes produtos?”. Teve como resposta do Sr. Flávio, que a amostragem se dará sobre produtos eleitos, mas o questionário tem flexibilidade para capturar vários produtos. O Coordenador acrescentou que, para produtos raros, pode-se obter então maior robustez, mas que isto vai ser visto mais à frente. Logo em seguida, o Sr. Luis Fernando tornou a indagar: “Alguns produtos são com precisão controlada e os outros de forma reversa?”; e “Os de forma reversa seriam tipo 95% de precisão ou menos, dependendo da área e da quantidade produzida?”. O Sr. Flávio respondeu que sim, adicionando que sempre no SNPA se terá o conjunto da produção, embora não se tenha o detalhe da produção, como nas pesquisas hoje realizadas.

Na sequência, o Sr. Dimas Soares Jr. (IAPAR) perguntou se estava prevista amostra probabilística para a unidade da federação. O Coordenador da COAGRO colocou que o primeiro tamanho de amostra seria para a unidade da federação. Acrescentou que há possibilidades para macro e microrregiões homogêneas, e que está previsto inclusive combinar biomas com grandes regiões, o que dá um número bem menor do que 27 unidades da federação. Segundo ele, outras alternativas seriam: agrupar estados e regiões ou estados mais importantes estarem separados.

O Sr. Luis Fernando (MPOG), aproveitou o ensejo e assinalou que o Ministério tem uma demanda forte quanto à unidade da federação. E teceu as seguintes questões: “Como se faz de trás para frente, dá para determinar o grau de precisão?”; e “Nenhuma unidade da federação será eliminada?”. Obteve como resposta que se o grau de precisão for baixo, não vai aparecer. Foi colocado que a variável de seleção é o valor da produção. Se adotar o estado, o valor de toda a produção pode ser especificado. O valor de produção não entra para calcular o tamanho da amostra. Para alguns produtos ter-se-á resultados robustos, para outros, não. Controlar quer dizer estratificar e verificar a qualidade obtida. Sempre teremos que ver depois, se há ou não qualidade, terminou de explicar o Sr. Flávio Bolliger.

Então, o Sr. Marcus José de O. Campos (IBGE/CONAC) quis saber se nestes 291 produtos

há preocupação de se manter a comparabilidade internacional. O Sr. Flávio apontou que a PRODLIST já garante isto, ao se usar seus códigos e designações. O Sr. Marcus José, então, destacou que a PRODLIST também está em mudança. A Sra. Sidnéia Reis Cardoso (Coordenadora da CEEC) interveio, dizendo que o IBGE está construindo uma referência nacional de classificações. Informou que haverá uma reunião da CEEC com a COAGRO e com a CONAC para compatibilizar as classificações.

A seguir, o Sr. Roberto Carlos N. dos Santos (IBGE/UE-RJ) indagou se LSPA e PNPA (Pesquisa Nacional de Produção Agropecuária) vão continuar juntos. O Sr. Flávio disse que sim, pelo tipo de informação obtida. Continuou, dizendo que estes resultados devem ser absorvidos pelo Sistema GCEA, o que pode significar rateio de informações. Acrescentou que a PNPA é solução para as pesquisas subjetivas, mas no Rio de Janeiro não funcionaria. Finalizou, colocando que a PNPA é uma estimativa para o conjunto da agricultura.

O Sr. Luis Fernando assinalou que no Ministério do Planejamento não tem como trabalhar sem o recorte estadual. Afirmou que é preciso este aspecto para consolidar políticas públicas. Exemplificou com o caso dos rizicultores, pois só se teria o Rio Grande do Sul para a formulação de Política Pública. Nesse contexto, perguntou sobre os produtores de arroz do Pará, concluindo que é fundamental ter dados por unidade da federação. Por fim, colocou que isto demonstra o perigo da amostragem. O Sr. Flávio então passou a ponderar. Disse que uma pesquisa não substitui a outra. Produz-se informação independente da PNPA, que dará o tamanho do rizicultor, mas não vai permitir saber sobre a rizicultura no Rio de Janeiro, por exemplo. A PNPA pensa o conjunto, mas não garante precisão para o conjunto. Por produto é que não vai se ter esta potência, por isto as pesquisas municipais devem continuar. A PNPA não dá conta de detalhamento geográfico, como os inquéritos subjetivos e o Censo. O uso da PNPA para política pública é muito maior, segundo o Coordenador da COAGRO.

A Sra. Márcia Quintslr, Diretora de Pesquisas do IBGE, interrogou se algumas unidades da federação terão o detalhamento para alguns produtos. O Sr. Flávio explicou que haverá informação individual sobre o produtor de arroz ao longo do tempo, o que não se tem hoje, por ser inviável em termos de custos operacionais. A Diretora então indagou se a ampliação do escopo seria por unidade da federação. O Coordenador da COAGRO falou que se poderia ver a situação para estratos de informação: o que ocorre com todos os produtores ou com o produtor médio. Adicionou que tem informação de cada indivíduo amostrado, mas possui também um erro amostral.

A Sra. Denise V. Caser (IEA), por sua vez, solicitou esclarecimento sobre se cada atividade agrícola irá ter um esquema amostral diferente. O Sr. Flávio colocou que é comum ter atividade econômica e região, o que é o domínio da pesquisa, controlando-se a atividade. Segundo ele, o

debate é se vai ter 27 unidades da federação para a discussão, ou se vai agregar. Explicou ainda que é um método de investigação que combina lista e área. Para selecionar setores vão haver critérios, mas a amostra de lista tem critérios mais acurados para maiores produtores.

O Sr. Antônio Florido (IBGE/GTA), pedindo a palavra, passou a tecer comentários sobre o Censo Agropecuário. Informou que o Censo é assim desde 1855, cobrindo aspectos estruturais. Toda demanda de informações deságua no Censo Agro. O Censo passa a ter uma “nova cara”. Todas as informações de um período podem ser captadas por outras pesquisas e as informações estruturais, pelo Censo. A proposta atual é a de um questionário reduzido com informações de produção, área e produtor. A caracterização da produção seria feita por outras pesquisas. Após a fala do Gerente do Censo Agropecuário, alguns dos presentes teceram perguntas. O Sr. Florido respondeu brevemente a algumas das questões, destacando que muitos aspectos ainda estão em discussão.

Já próximo ao final da sessão, a Sra. Márcia QuintsIr colocou que a ideia era mostrar o que pode se traçar para o futuro, e isto foi alcançado. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Luis Fernando (MPOG) perguntou se já fizeram tabulação de tudo o que já é atendido hoje, e o quanto é proposto fazer. Quis saber se o IBGE está cobrindo 70%, 80% etc., e se este trabalho de planejamento já foi feito. A Diretora de Pesquisas afirmou que esta ideia pode ser muito interessante. O Sr. Flávio colocou que a passagem de indicadores foi feita na China, com especialistas do mundo inteiro. Assinalou que já se apontou quais indicadores são feitos com robustez e, quanto a temas não cobertos (meio ambiente, pobreza, sustentabilidade), como deveria ser. Afirmou que é prioridade dar conta desses fatores com amostra mestre (cadastro mestre). O Sr. Luis Fernando disse que recomenda-se que se faça uma lista ou matriz temática de cobertura, de forma que, quando se tenha dois instrumentos que cobrem “a mesma coisa”, possa-se compreender qual deve cobrir “esta coisa”, evitando-se sobreposições e *gaps*.

Em seguida, por não haver mais perguntas e comentários, encerrou-se a sessão.